**O PNE (2014-2024) ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL:** desafios no âmbito do estado e impactos na educação pública

**Donizete Medeiros de Melo**

SEDUC/AL

donizete\_medeiros@outlook.com

**1 INTRODUÇÃO**

A tecitura das políticas educacionais na contemporaneidade mostra que a educação brasileira é historicamente marcada por planos que têm duração de médio prazo, os quais são, comumente, planejados de 05 a 10 anos, determinando o ciclo de formulação, implantação/implementação, execução e avaliação das políticas públicas de educação.

Entende-se que as políticas públicas representam as intenções governamentais que resultarão em transformações profundas ou superficiais no mundo real (Souza, 2006). Essas transformações são desencadeadas a partir do modo de produção capitalista, como traz Pereira (2004), e têm, a cada dia, sido intensificada pela ideologia neoliberal como a salvação dos males que assolam a sociedade, ao passo que esse processo tem ampliado as desigualdades e injustiças sociais.

Esta pesquisa analisa o planejamento da política educacional no Brasil, com foco no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), sancionado pela Lei nº 13.005 em junho de 2014. O PNE, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tinha vigência até 2024[[1]](#footnote-1) .

O estudo examina o PNE no contexto das políticas governamentais, considerando o modelo de Estado de Direito e a agenda neoliberal que emergiu após o golpe de 2016 e durante o governo Bolsonaro (2019-2022). A análise destaca o desmonte institucional promovido pela agenda neoliberal, que enfraqueceu o Estado social e o modelo de bem-estar brasileiro, impactando negativamente o PNE e as reformas iniciadas em 1990.

**2 OBJETIVOS**

Neste artigo, objetiva-se trazer uma análise sobre o PNE (2014-2024) e sua interrelação com o contexto das políticas governamentais, como ações instauradas a partir do Poder Executivo, intensificadas após o golpe de 2016, as quais, consequentemente, moldam a intervenção do Estado capitalista sob a égide reacionária do neoliberalismo estabelecidos pela Gestão Bolsonaro (2019-2022).

**3 METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa qualitativa em que, conforme Gibbs (2009) parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda. O autor defende que esse tipo de pesquisa considera o contexto e os casos para compreenderem uma questão em estudo, e nesse cenário estão as interações e análises de documentos. Nesse sentido, a metodologia desta pesquisa é de caráter documental. Severino (2007) define que, na pesquisa documental, tem-se como fonte documentos em que os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, sendo ainda matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. É importante situar que, neste estudo, o documento analisado foi o PNE (2014-2024), Lei nº 13.0005, de 5 de junho de 2014.

**4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O PNE (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira, foi estabelecido para o período de 2014 a 2024, trazendo um conjunto de 20 metas abrangentes que visam a melhoria e a expansão do acesso à educação em todos os níveis, bem como a valorização dos profissionais de educação.

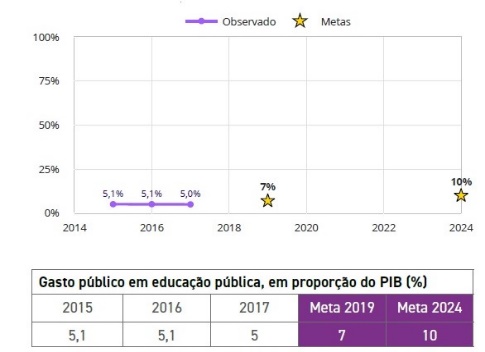
A análise do PNE (2014-2024), no âmbito das políticas educacionais, explicita processos e concepções em disputa, destacando, ainda, particularidades que permitem indicar o duplo papel ideológico desse movimento: a negação e, paradoxalmente, a participação da sociedade nas questões educacionais, mediada por uma concepção política que, no campo dos direitos sociais, prevalece pela cidadania regulada e, consequentemente, restrita (Dourado, 2017)

O atual PNE (2014-2024) é uma política pública de Estado, que se materializa enquanto um instrumento que, para sua efetividade, conta com a cooperação entre os entes federados e com a colaboração entre os sistemas de ensino, de maneira a se configurar “[...] como uma exigência para que o sistema nacional de educação mantenha, permanentemente, suas características próprias” (Saviani, 2016, p. 22).

Desde a promulgação da PEC nº 55, as limitações ao investimento na educação pública foram acentuadas pela política econômica do governo de Jair Messias Bolsonaro, que intensificou uma agenda neoliberal reacionária com a instauração de um neofascismo e um desmonte institucional. Dweck (2021) argumenta que, no primeiro ano do governo Bolsonaro, houve um aprofundamento da agenda iniciada por Temer, destacando três mudanças principais: a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita os gastos públicos; a Reforma Trabalhista de 2017, que enfraqueceu o poder de barganha dos trabalhadores; e a política de desestatização e redução da atuação do BNDES e da Petrobras. Além disso, a Reforma da Previdência (PEC 6/2019) marcou significativamente o cenário fiscal do governo.

Trazendo o impacto dessas políticas na implementação do PNE (2014-2024), é importante observar esse plano a partir de uma das metas mais importantes que garantirá, de maneira *sine qua non*, a sua plena execução, a Meta 20. Veja os dados abaixo:

**Gráfico 1 – Gasto público em educação pública, em proporção do PIB**



Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIRED - INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O gráfico 1 mostra os dados referentes aos gastos públicas com a educação pública em comparação ao que está previsto para alcance da Meta 20. Notamos que, até 2016, houve um investimento proporcional do PIB em educação pública. Após o golpe, os dados de investimentos sofreram um apagão[[2]](#footnote-2), e o governo manteve o investimento abaixo do previsto para a educação pública. A determinação de que 10% do PIB deve ser destinado à educação até 2024 é uma agenda histórica que ressoa amplamente na sociedade brasileira. a necessidade de defesa intransigente do PNE (2014-2024) como epicentro para as políticas educacionais. Isso implica no estabelecimento de ações e estratégias, o que inclui necessária articulação entre os processos de gestão e financiamento da educação, que foram altamente precarizados, postulando também a instituição do Sistema Nacional de Educação.

Sendo assim, o PNE para o período de 2014 a 2024 não deve ser encarado como um fim em si mesmo. Sua análise requer um arcabouço epistêmico que demanda dos pesquisadores um compromisso com a dinâmica social da educação brasileira, evidenciada na formulação de diretrizes, metas e estratégias do plano. Esse arcabouço deve ser intrinsecamente dialógico e, indispensavelmente, alinhado à materialidade histórica e social do Brasil, um país marcado por profundas desigualdades regionais, que busca, década após década, superar os principais desafios da educação pública.

Para compreendermos plenamente esse cenário, é crucial reconhecer a dimensão da estrutura desigual da sociedade brasileira e perceber o distanciamento ainda existente em relação a um sistema educacional verdadeiramente equitativo. Essa disparidade é claramente evidenciada pela dualidade educacional no país, conforme destacado por Saviani (2010).

O autor aborda as expressões comuns, como “sistema público de ensino ou de educação”, “sistema particular de ensino” e “sistema livre de ensino”, ressaltando que a primeira é pleonástica, uma vez que um sistema só pode ser público, considerando a sua autonomia e as normas que vinculam todos os seus membros. Com isso, entende-se como Sistema Nacional de Educação

a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante, conclui-se que o Sistema Nacional de Educação é a unidade dos vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país. (Saviani, 2010, p. 381).

Essa definição é importante, tendo em vista que o nosso sistema de educação atual é visto de maneira fragmentada, dado os vários níveis de organização da nossa educação. Além disso, devido às relações públicas e privadas, essa concepção de unidade, para a existência de um único sistema, é fortalecida pelo dualismo da educação no Brasil.

Em análise, Saviani (2010) aborda que, historicamente, tivemos alguns obstáculos que impediram a organização do Sistema Nacional de Educação em nosso país, classificando-os em quatro tipos:

a) os obstáculos econômicos, decorrentes da histórica resistência à manutenção da educação pública no Brasil;

b) os obstáculos políticos, caracterizados pela descontinuidade nas políticas educativas;

c) os obstáculos filosófico-ideológicos, isto é, a prevalência das ideias ou mentalidades pedagógicas refratárias à organização da educação na forma de um sistema nacional;

d) os obstáculos legais, materializados na resistência à incorporação da ideia de sistema nacional na nossa legislação educacional, cuja ponta de lança se ancorava na suposta e, logicamente, inconsistente tese da inconstitucionalidade da proposta de Sistema Nacional de Educação.

Em âmbito científico, podemos apontar que, em se tratando do PNE (2014-2024), faz-se importante a defesa do plano como basilar para o planejamento educacional e para a consolidação de um Sistema Nacional de Educação no Brasil – com isso, defender a intervenção do Estado é *sine qua non* neste movimento.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os achados da pesquisa, é pertinente a defesa de que precisamos avançar no campo do planejamento educacional no Brasil, para uma melhoria que não limite o planejamento aos interesses econômicos das elites brasileira, mas sim que supra as reais necessidades das classes mais exploradas desse país. É preciso estabelecer uma luta pela consolidação de um Sistema Nacional de Educação que promova uma sociedade mais justa e igualitária, reduza as desigualdades regionais do Brasil e enfrente com políticas públicas sólidas os problemas da educação brasileira e o seu dualismo.

Além disso, o desenvolvimento de políticas públicas em um país como o Brasil, a citar planos nacionais como o PNE, deve contemplar as mais diversas discussões da sociedade, pois o programa deve enfrentar problemas reais do sistema educacional brasileiro. É necessário, portanto, combater a ideologia neoliberal através de uma política social de Estado que não se limite apenas a compensar os problemas da educação, mas busque enfrentá-los de forma que se transforme o *status quo*.

Esse formato político da administração pública leva a ausência do Estado na intervenção dos processos de forma a assegurar investimento da União para o fortalecimento do regime de colaboração entre estados e municípios, desconsiderando as regionalidades e suas desigualdades sociais. Esse cenário, notadamente, agrava-se com as políticas de austeridade fiscal após o golpe de 2016, o que ameaçou as metas previstas no PNE (2014-2024), sendo uma política educacional de Estado que não cumpriu com os avanços da educação pública na última década.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\_Livro\_EC91\_2016.pdf. Acesso em: 24 janeiro 2024.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 5 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação***:* o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/Anpae, 2017.

DWECK, Esther. A agenda neoliberal em marcha forçada. *In:* AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). **Governo Bolsonaro:** retrocesso democrático e degradação política. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 241-254.

EC 95 (2016). Emenda Constitucional n.º95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, Artmed; 2009.

PEREIRA, W. E. N. Do Estado liberal ao neoliberal. **Revista Interface**, v. 1, n. 1, 2004.

SAVIANI, D. O Plano Nacional de Educação e seus desdobramentos. *In:* FERREIRA, N.S.C. FONTANA, M. I.; SALOMÉ, J. S. **Políticas públicas e gestão democrática**: desafios e compromissos. V.1. Curitiba: CRV, 2016, p.21-42.

SAVIANI, D. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 380-393, 2010.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. – 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

1. A Comissão de Educação do Senado aprovou a prorrogação do Plano Nacional de Educação (PNE) até 31 de dezembro de 2025. Originalmente, o PNE deveria vigorar até junho de 2024. A senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) propôs uma extensão até dezembro de 2028, mas os parlamentares optaram por limitar a prorrogação até o final de 2025, conforme sugerido pelo senador Cid Gomes (PSB-CE). [↑](#footnote-ref-1)
2. Até janeiro de 2024, o Painel de Monitoramento do PNE (2014-2024) não atualizou o acompanhamento da Meta 20, embora outras metas tenham sido atualizadas em 30/06/2023. O painel, gerido pelo INEP, apresenta gráficos e tabelas com desagregações por regiões, unidades da Federação e perfis socioeconômicos das 20 metas do PNE. Os dados são atualizados a cada dois anos conforme os relatórios dos ciclos de monitoramento, conforme a Lei do PNE. [↑](#footnote-ref-2)